

Sobre a Tradição Escolar Luterana

Por Vanderlei Defreyr*

Resumo:

O presente artigo nasceu de minha dissertação de mestrado que problematiza e relativiza a “tradição inventada” a respeito do caráter popular e moderno da tradição luterana escolar do século XVI. Como em outros aspectos, na educação Lutero foi mais medieval que moderno. As camadas populares preferiram as escolas alemãs às latinas, estas propostas pelos reformadores. Os temas, porém, abordados constituem-se como pontos de partida. Logo, não são conclusivos.

Palavras-chave:

Educação, Reforma, Lutero

Uma das principais características da história da imigração alemã no Brasil é o fato de, nas colônias alemãs, até a Segunda Guerra Mundial, ter havido um alto índice de alfabetização, comparado à média nacional. Entre os alemães evangélicos é comum remeter esta “tradição escolar” a Lutero e a Reforma. Assim, já a partir de Lutero, teria surgido um forte impulso para a valorização da educação escolar. Esta associação não é incorreta, o que fica claro pelo fato de nos livros de história da educação ou da pedagogia sempre haver um capítulo ou sessão dedicados a Reforma ou a Lutero. No entanto, na historiografia mais recente, tem se procurado corrigir alguns aspectos desta relação.

É conhecido o fato de que o primeiro efeito do movimento liderado por Lutero sobre a educação foi devastador. Logo após a deflagração da Reforma, o sistema educacional existente na Alemanha foi, em parte, desmantelado, gerando

* Vanderlei é mestre em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-graduação de São Leopoldo. Seu tema de pesquisa é a educação na Reforma.

uma forte crise escolar nos anos de 1520. A partir da ajuda dos conselhos das cidades e principalmente dos príncipes territoriais que aderiam a Reforma, procurou-se, na primeira metade do século, reorganizar o sistema escolar. No entanto, e isto é importante ressaltar, não havia a pretensão de criação de um sistema escolar universal. Não havia a mínima condição financeira e nem de pessoal para isto. O objetivo realista, tanto dos reformadores quanto dos governantes, era o restabelecimento de um sistema escolar latino, ou seja, para formação de pastores e funcionários públicos. Em função disso, na primeira metade do século, em geral, proibia-se o ensino em alemão nas escolas protestantes, pois se acreditava que o ensino em alemão poderia solapar o ensino em latim, língua imprescindível nos contatos internacionais e para a prática da ciência. Entre os católicos romanos havia a mesma compreensão. No entanto, estas escolas eruditas, ou seja, latinas, tinham pouca adesão popular. A maioria da população preferia escolas em alemão e não via muito sentido em enviar os filhos as escolas latinas. Este tipo de mentalidade popular é que fez com que Lutero, em 1530, publicasse o escrito “Uma prédica para que os pais enviem os filhos à escola”, cujo título mais adequado talvez devesse ser “Uma prédica para que os pais enviem os filhos às escolas latinas”. Esta falta de adesão popular ao tipo de educação priorizado pelos reformadores bem como dificuldades financeiras e políticas foram os fatores que fizeram com que, na primeira metade do século XVI, os fortes esforços feitos pelos reformadores e pelo Estado territorial em relação à educação não alcançassem o êxito desejado. Em geral, podia-se estar satisfeito se se alcançasse o nível de antes da Reforma até a metade do século.

Na segunda metade do século, houve uma forte mudança em relação a esta situação, após a Paz de Augsburgo, em 1555. Isto é enfatizado pela linha de pesquisa conhecida na Alemanha como “Paradigma da Confessionalização” (Konfessionalisierungsparadigma). A Paz de Augsburgo levou a uma certa estabilidade política e religiosa, que foi benéfica para o sistema escolar. O fato de, a partir daí, ter surgido, na Alemanha, três confissões concorrendo entre si acabou levando um fomento da educação escolar. As confissões eram católico-romana,

luterana e calvinista. Esta última era ilegal, mas persistiu por ter sido adotado por alguns príncipes. No contexto do fortalecimento dos Estados territoriais na Alemanha no século XVI, os príncipes acabaram se tornando patronos das confissões de seus respectivos territórios. Assim, a necessidade dos Estados territoriais de produzir uma uniformidade ideológica ou confessional entre seus súditos teria feito com que eles patrocinassem fortemente a catequização, a fim de assegurar a fidelidade de seus súditos.

Isso teria apresentado um fator decisivo de fomento as escolas, principalmente em Alemão. Essas eram vistas como instituições através das quais a confissão de cada Território seria incutida em seus membros. Assim, nas escolas alemãs, sejam luteranas, calvinistas ou católicas, a alfabetização não seria o objetivo principal e sim o aprendizado do respectivo catecismo. Além disso, tanto nas escolas alemãs quanto nas latinas, havia um forte objetivo de produzir o “disciplinamento social” (*Sozialdisziplinierung*), ou seja, uma instrução moral que visava levar a uma determinada forma de conduta. Portanto, segundo este paradigma, Estado e Igreja procuravam gerar homogeneidade de crença e conduta entre os súditos e as escolas eram vistas como instituições estratégicas para isto.

Os representantes desta linha historiográfica não afirmam que a religião tenha sido pura e simplesmente instrumentalizada pelo Estado. A Religião também determinava a política no século XVI. Mas, ao acentuarem as razões políticas, sem dúvida minimizam o papel da religião neste processo de escolarização, no qual as confissões estavam envolvidas.

Uma linha historiográfica chamada de “história social” da Reforma vai ao encontro de muitos aspectos do “Paradigma da Confessionalização”, mas traz contribuições que questionam principalmente a idéia de que a Reforma luterana, bem como suas escolas, tenham tido forte repercussão popular. É o caso principalmente de historiadores do mundo anglo-saxão, como o norte-americano Gerald Strauss e o australiano Robert Scribner. O historiador Gerald Strauss, em sua

obra publicada em 1978, “ *Luthers house of learning* ”, considera que raramente alguém queria que seu filho aprendesse a ler para que pudesse ler as Sagradas Escrituras. Em geral, eram motivos práticos que levavam os pais a enviarem os filhos a escola. Assim era comum que logo que os filhos aprendessem os rudimentos de ler e escrever, os pais os tirassem das escolas, negligenciando aquele que era o objetivo principal destas escolas: o ensino do catecismo e a assimilação de regras de conduta. Também o papel central que é atribuído a Bíblia neste processo de alfabetização é relativizado.

É comum argumentar que os reformadores queriam que as pessoas aprendessem a ler a fim de poderem ler as Sagradas Escrituras e assim terem acesso pessoal à “verdade evangélica”, o que traria em si um forte potencial emancipador. No entanto, considera-se que a leitura particular da Bíblia não foi um objetivo fortemente perseguido no século XVI e isto por vários motivos. Um primeiro era a impossibilidade de que cada família tivesse uma Bíblia. Outro era a dificuldade de as pessoas simples entenderem o Alemão adotado por Lutero na Bíblia. Como se sabe, o alemão ainda não era língua estabelecida, cada região falava seu dialeto local. No decorrer do século XVII, pode-se afirmar que a tradução de Lutero ajudou a uniformizar a língua alemã, mas no século XVI isto não aconteceu. Além disso, não havia, por parte do povo, uma necessidade de cultivo de uma piedade literária, como queriam os reformadores. No século XVI, se estaria satisfeito se cada pastor tivesse uma Bíblia.

Historiadores como Robert Scribner consideram que, entre o povo, a Bíblia ainda continuaria, no início do século XVII, a ser considerado um livro mágico, sendo, entre as pessoas simples, mais um objeto de devoção do que de leitura. Assim, além do fato de que o motivo de ler a Bíblia não se tornou vital para o processo de alfabetização geral que se procurou realizar, o elemento de emancipação individual que se associava com isto também deve ser minimizado. A leitura da Bíblia no século XVI e XVII entre os luteranos continuava a ser dirigida por especialistas, ou seja,

pastores, os quais tiveram uma formação e eram os autorizados a interpretar a Bíblia. Não se contesta que os reformadores queriam que o povo tivesse acesso as Sagradas Escrituras. Mas isto deveria acontecer de forma controlada, através da pregação, do catecismo e leituras nos cultos, a fim de evitar, abusos como os ocorridos no Levante dos Camponeses em 1525. A partir disto, outras associações feitas com as escolas luteranas são questionadas.

É comum atribuir a educação luterana, já no século XVI, uma prática de fomento a liberdade e autonomia do indivíduo. Historiadores cujas obras se tornaram clássicas na história da educação da Alemanha como Georg Mertz e Friedrich Paulsen fazem tal associação, bem como historiadores da educação traduzidos para o português, como Lorenzo Luzuriaga. É polêmica a questão se já havia entre os humanistas, que influenciaram fortemente a concepção de educação protestante, elementos que vislumbrassem a educação como desenvolvimento das potencialidades individuais e fomento da autonomia. Mas, no caso dos pensadores luteranos e das ordens escolares luteranas, historiadores como Strauss consideram que, no século XVI, educação ainda era entendida a partir do conceito medieval de “Zucht”. Este termo, que não tem tradução exata para o português, significa o tipo de educação voltada para a realização de seu papel social no seu estamento, de acordo com rígidas regras de disciplina. Para se conseguir este tipo de educação, meios considerados atualmente como fortemente repressores eram utilizados, a saber, castigos corporais, humilhações e hierarquização dos alunos. Ivar Asheim, cujo livro sobre a relação entre Lutero e educação publicado em 1960 ainda continua sendo referencial, também defende que a concepção de Lutero de educação tinha mais a ver com o conceito medieval de “Zucht” do que com valores modernos.

É importante frisar que não se questiona que entre os luteranos houve, até o final do século XVI, um aumento magnífico do nível de formação dos pastores, sendo que boa parte deles tinha uma formação superior. O problema era a falta de êxito entre a população. Segundo Strauss, os massivos esforços das autoridades

eclesiásticas e seculares não tiveram êxito no sentido de produzirem, a partir das escolas, súditos que pensassem e agissem como “bons luteranos”. As difíceis condições materiais da existência, bem como, uma certa “insensibilidade” das autoridades eclesiásticas para esta realidade teriam contribuído para esta falta de êxito entre o meio popular.

Como é o caso em toda a produção historiográfica, este tipo de pesquisa é marcada por uma forte polemica. Principalmente no contexto alemão, se encara com suspeitas os resultados desta linha de pesquisa e se questiona a maneira como as fontes são utilizadas. No entanto, ainda não há estudos que consistentemente refutem estas teses. Como afirmou o renomado historiador da Igreja alemão Martin Brecht, depois da pesquisa de Strauss, o prestígio das escolas alemãs luteranas no século XVI está em baixa. Isto, sem dúvida, acaba afetando aquilo que chamamos de tradição escolar luterana. Talvez futuras pesquisas apresentem um quadro menos negativo. De qualquer maneira, continua sendo legítimo remeter esta tradição ao século XVI e a Lutero. Mas se deve ter cuidado em continuar a fazer certas associações com valores educacionais modernos, como o fomento da individualidade e educação como meio de emancipação popular. Para que o cultivo da tradição escolar luterana não se torne uma “tradição inventada”, termo utilizado pelo historiador Eric Hobsbawn, para descrever a prática de se inventar tradições a partir de fatos históricos incorretamente, é necessário que a pesquisa continue a reavaliar este tema.

Bibliografia

DEFREYN, Vanderlei. A Tradição Escolar Luterana : Sobre Lutero, educação e a história das escolas luteranas até a guerra dos Trinta Anos. São Leopoldo : IEPG/EST, 2004 (Dissertação de Mestrado).